



Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau (Comitê do 1º Grau)

1 Informações Gerais

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Comitê do 1º Grau (2026)

Data: 28 de julho de 2026

Local: Híbrida (Sala virtual *Teams* e sala presencial, nº 13, Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. - Cambeba).

Pauta: Apresentação do resultado da votação das Propostas Orçamentárias para o ano de 2027

Ata elaborada por: Eduardo William de Castro Tavares – servidor SEGOV TJCE

2 Participantes

Nome	Cargo	Presencial/virtual
Lena Lustosa de Carvalho Sousa	Juíza da 1ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará – Coordenadora do Comitê	Virtual
Elison Pacheco Oliveira Teixeira	Juiz do 4º Juizado Auxiliar dos Juizados Especiais de Fortaleza	Virtual
Giancarlo Antoniazzi Achutti	Corregedoria Geral de Justiça	Presencial
Fábio José de Lima Chagas Irmão	Servidor do Fórum de Crateús	Virtual
Hadjefferson Marreiro e Silva	Servidor da Sejud 1º Grau	Presencial
Sirley Cintia Prudência Pacheco	Juíza Auxiliar da Presidência – Articulação Interna	Presencial
Rafaella Lopes Ferreira	Secretária de Governança Institucional	Presencial
Antônio Marcos da Silva Araújo	Servidor da 2ª Vara das Execuções Fiscais de Fortaleza	Virtual
Jacqueline Lima Alves	Secretária de Gestão de Pessoas	Presencial

Pedro Helker Alves de Alcântara	Diretoria do Sindjustiça	Presencial
Carlos Eduardo Oliveira de Mello	Diretoria do Sindojus	Virtual
Mateus Soares Bezerra	Secretário de finanças em substituição	Presencial
Moisés Antonio Fernandes Monte Costa	Secretário adjunto da SEGOV em substituição	Presencial
Magno Rocha The Mota	Representante da Associação Cearense de Magistrados	Virtual
Francisco Vagner Lima Venancio	Representante do Sindicato dos Oficiais de Justiça	Presencial
SECRETARIADO DA REUNIÃO		
Michelle Cochrane Feitosa Mendes	Coordenadora de Apoio à Governança –DEGOV/SEGOV	Presencial
Eduardo William de Castro Tavares	Servidor da Coordenadoria de Apoio à Governança – DEGOV/SEGOV	Presencial
Beatriz Oliveira Aguiar	Servidora da Coordenadoria de Apoio à Governança – DEGOV/SEGOV	Virtual
Danilo Dutra da Costa	Estagiário da Coordenadoria de Apoio à Governança – DEGOV/SEGOV	Presencial

3 Pontos discutidos

- A Coordenadora de Apoio à Governança, Michelle Cochrane Feitosa, iniciou a reunião do Comitê saudando a todos os participantes, *on line* e reunidos presencialmente na Sala nº 013 – Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. - Cambeba;
- Em seguida, explicou como foram obtidos os resultados da votação ocorrida no âmbito da construção da proposta orçamentária 2027, por meio do aplicativo Microsoft Forms, na qual as sugestões apresentadas no relatório do Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau e discutidas em reunião realizada em 30/06/2026 foram ordenadas por importância;

- c) Pedro Helker Alves de Alcântara, membro da Diretoria do Sindjustiça, mencionou aparente ausência de duas propostas por ele apresentadas, quais sejam: criação de um percentual mínimo de 10% dos cargos em comissão a serem destinados a pessoas negras, PCD's, indígenas e quilombolas (quadro efetivo); e reforço dos núcleos de cumprimento de sentença e fazendário a fim de alcançar a celeridade dos processos judiciais. Abordou também o tema da criação da vara especializada em conflitos agrários e fundiários em prol da uniformização dos entendimentos e da prevenção de conflitos. No decorrer da leitura do documento de votação, entretanto, verificou-se que as propostas foram contempladas no agrupamento relativo aos respectivos temas, conforme metodologia aplicada às demais sugestões enviadas;
- d) A reunião seguiu andamento por meio da leitura do relatório de apuração das propostas orçamentárias para 2027;
- e) A Secretária de Governança Institucional, Rafaella Lopes Ferreira destacou o acompanhamento da concretização das propostas sugeridas e discutidas dentro do Comitê; e
- f) Por fim, o documento final, fruto da votação, será encaminhado anexo a esta ata, e será marcada a reunião para discussão e aprovação do orçamento após análise e consideração das sugestões pela Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará.

3 Aprovação

Essa é a Ata da reunião realizada no dia 28 de julho de 2026. As alterações do texto devem ser enviadas até o dia de de 2026. Após esse período, a Ata será considerada aprovada.